



Miguel Maya
Presidente da Comissão Executiva
Vice-Presidente do Conselho
de Administração



Nuno Amado
Presidente do Conselho
de Administração

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2020 foi inesperadamente impactado por uma pandemia provocada pelo novo coronavírus que veio a afetar profundamente o desempenho da atividade económica à escala mundial.

Num contexto de fortes restrições à normal condução da atividade económica, esta pandemia terá provocado uma contração da economia mundial de 3,5%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. Porém, o mesmo Organismo avança com um cenário de forte recuperação da atividade económica global, já em 2021, o qual está, naturalmente, sujeito à confirmação de dissipação da pandemia.

O impacto extraordinariamente negativo da pandemia na economia global suscitou uma resposta generalizada e sem precedentes de política económica, tanto na vertente monetária, como na orçamental. Na área do euro, o BCE lançou um programa de compra de dívida pública de emergência e reforçou outros programas de injeção de liquidez no sistema bancário, o que se repercutiu na permanência das taxas Euribor em valores negativos em toda a extensão da curva e na queda das taxas de juro de longo prazo do euro, bem como numa redução das yields das obrigações do tesouro dos estados-membros da periferia, incluindo Portugal.

A economia portuguesa registou uma contração inédita de 7,6% decorrente dos efeitos da pandemia sobre a atividade, os quais se revelaram particularmente perniciosos para o turismo, para o consumo privado e, em menor grau, para o investimento. Não obstante o contexto adverso e a elevada incerteza, a retoma económica deverá prosseguir em 2021, sustentada pelo elevado grau expansionista das políticas monetária e orçamental e pela subida muito significativa da poupança das famílias portuguesas nos últimos trimestres, apesar dos confinamentos impostos a partir de janeiro de 2021 poderem subtrair dinamismo à retoma. De acordo com as previsões do Banco de Portugal, o crescimento do PIB em 2021 deverá ser de 3,9%. O esforço de apoio ao rendimento das famílias e das empresas por parte do governo traduziu-se num agravamento substancial do desempenho orçamental e, consequentemente, dos rácios da dívida pública, evolução que deverá conhecer uma melhoria progressiva nos próximos anos, em sintonia com a recuperação da atividade económica.

Na Polónia, a queda do PIB em 2020 cifrou-se em 2,8%, refletindo os efeitos adversos das medidas de contenção sanitária na atividade económica, sobretudo ao nível do consumo e do investimento. Em 2021, a procura externa e a expectativa de normalização progressiva das medidas restritivas deverão suportar a retoma da atividade, com a Comissão Europeia a projetar uma taxa de crescimento do PIB de 3,1%. No plano cambial, o quadro de forte incerteza que predominou em 2020 nos mercados financeiros internacionais condicionou a evolução do zloti, que no conjunto do ano se depreciou cerca de 7% relativamente ao euro.

Em Moçambique, a recessão económica global, a instabilidade militar nas regiões norte e centro do país e a ocorrência de calamidades naturais, condicionaram fortemente a evolução da atividade económica em 2020, o que se traduziu numa quebra do PIB de 1,3%.

Em Angola, os desafios da economia nacional foram intensificados por efeito do preço do petróleo nos mercados internacionais e resultaram na persistência de um enquadramento macroeconómico desafiante, o qual, não obstante as relevantes reformas estruturais que têm vindo a ser implementadas pelo governo, persiste desde 2016. Em 2021, essas reformas estruturais e a perspetiva de subida dos preços das matérias-primas, num contexto de retoma da economia mundial, deverão traduzir-se numa expansão do PIB de 0,4%, de acordo com o FMI.

Foi neste contexto desafiante que se destacou a agilidade e capacidade de adaptação do Millennium bcp, confrontado por uma envolvente com um enorme grau de incerteza e volatilidade. No início da pandemia o Banco estabeleceu rapidamente um conjunto de prioridades, tendo de imediato alterado o anterior foco no crescimento para se concentrar na defesa da qualidade do balanço, na proteção de Clientes e Colaboradores, no apoio à economia, preservando a continuidade do negócio, e no reforço da componente de suporte social às comunidades que servimos.

A conjugação destas prioridades com o investimento efetuado nos últimos anos na transformação digital e no reforço de competências em inovação e otimização operacional, revelaram-se fundamentais para que o Millennium bcp se tenha afirmado neste período através do apoio que prestou às famílias e às empresas.

Procurando superar desafios transformando-os em oportunidades, o Banco alterou procedimentos e rotinas, preservou os elevados padrões de qualidade que o caracterizam no atendimento presencial e simultaneamente aumentou a interação digital com os Clientes, incrementando a conveniência, intensificando relacionamentos e reforçando a confiança dos Clientes, que elegeram o Millennium bcp como Melhor Banco Digital em Portugal e o selecionaram novamente como Escolha do Consumidor para 2021.

O Millennium bcp destacou-se ainda no apoio prestado às empresas num período em que muitas se deparam com uma situação complexa, sujeitas aos efeitos de uma pronunciada retração da atividade económica, liderando em todos os segmentos empresariais e afirmando-se como o Banco das Empresas em Portugal, posicionamento alicerçado num desempenho superior na concessão de empréstimos com garantia do Estado, nos quais atingiu uma quota de mercado superior a 30%, sem abdicar nem transigir no absoluto rigor e prudência na admissão e seguimento do risco de crédito.

Esta liderança revelou-se particularmente importante para o desempenho conseguido ao nível do volume de negócios, nomeadamente para o aumento de 2,64 mil milhões de euros no crédito *performing* em Portugal, o qual suportou o crescimento de 4,6% no crédito *performing* em termos consolidados, que aumentou 2,3 mil milhões de euros.

Também a capacidade evidenciada no controlo dos custos operacionais tem sido determinante para que o Millennium bcp se continue a afirmar como referência em termos de eficiência, tanto em Portugal como na zona Euro, registando um rácio *cost-to-core income* inferior a 50%.

A qualidade e resiliência do modelo de negócio do Banco continua patente na evolução e robustez dos resultados antes de imparidades e provisões, os quais, em termos consolidados, aumentaram 1,5% em 2020, atingindo 1.186,2 milhões de euros.

Perante um cenário macroeconómico global que se apresenta adverso e ainda condicionado pela evolução da pandemia, foi efetuado um reforço significativo de imparidades em resultado da permanente avaliação do risco da carteira de crédito nas diferentes geografias, elevando o custo do risco consolidado para um nível expectável de 91 pontos base.

A necessidade de medidas de apoio público para atenuar o impacto de uma crise económica de natureza conjuntural, sem desequilibrar as contas do Estado ao ponto de lhe conferir uma dimensão estrutural, levou a que na configuração das medidas de apoio em Portugal as moratórias, enquanto instrumento indireto para apoio às necessidades de liquidez, assumissem uma relevância acrescida face à que assumiram noutros países com condições para optarem por medidas de apoio público com maior preponderância de injeções diretas de liquidez na economia.

A proporção de moratórias na carteira de crédito do Banco, em Portugal, resulta assim da configuração das medidas de apoio público do país, sendo equivalente à proporção verificada no sistema financeiro nacional.

Requerendo as moratórias particular atenção e preparação na adaptação de modelos e procedimentos que permitam ao Banco detetar sinais precoces e antecipar eventuais situações de degradação do perfil de risco, importa referir que uma larga proporção das moratórias a particulares, cerca de 90%, corresponde a crédito hipotecário, com perfil de risco tendencialmente mais estável, e que 68% da totalidade do crédito de empresas e famílias sujeito a moratória em Portugal está coberto por hipotecas residenciais ou comerciais.

Paralelamente, assistimos na Polónia a uma dinâmica de intensificação dos riscos legais associados aos empréstimos em francos suíços, os quais foram concedidos até 2008, facto que conduziu ao aumento expressivo das provisões associadas a esta carteira de crédito.

O resultado líquido de 2020 atingiu 183 milhões de euros, um decréscimo de 39,4% face ao exercício anterior, fortemente influenciado pelo significativo reforço de 55,3% face ao ano anterior em imparidades e provisões, as quais ascenderam a 841,2 milhões de euros.

A atividade em Portugal contribuiu com 134,5 milhões de euros para o resultado líquido consolidado, tendo o contributo da atividade internacional sido de 48,5 milhões de euros.

O resultado líquido do Bank Millennium, na Polónia, ascendeu a 5,1 milhões de euros, representando uma quebra de 95,9%, determinada sobretudo pelo reforço das provisões específicas (incluindo as anteriormente referidas para riscos legais associados à carteira de crédito em francos suíços sem as quais o resultado líquido teria sido de 142,9 milhões de euros), mas também, com menor relevância, pelo aumento das contribuições obrigatórias.

Apesar dos efeitos adversos acima mencionados, o Bank Millennium manteve a dinâmica e o enfoque numa atividade comercial intensa, com reflexo no aumento de 6,7% no crédito a clientes, prosseguindo sem hesitações o processo de integração do Euro Bank, cujas sinergias obtidas já superaram os custos de integração, refletindo-se num impacto líquido de impostos de 18,3 milhões de euros em 2020, e implementando medidas adicionais de racionalização da estrutura.

Em Moçambique, o resultado líquido do Millennium bim foi de 66,8 milhões de euros, uma diminuição de 23,8% face ao resultado alcançado em 2019, refletindo os efeitos adversos da pandemia e da ocorrência de calamidades naturais na atividade económica, bem como uma significativa desvalorização cambial do metical face ao euro.

O contributo do Banco Millennium Atlântico para o resultado consolidado situou-se também num patamar inferior ao verificado no ano anterior, penalizado pela constituição de imparidades e provisões, no montante total de 16,6 milhões de euros, para fazer face aos riscos inerentes ao investimento efetuado pelo Grupo nesta participação.

Em 2020 o Millennium bcp manteve uma posição de capital estável e adequada aos riscos prospetivados para a atividade nas diferentes geografias, com um rácio de capital total de 15,6% e um rácio CET1 de 12,2%, ambos acima dos requisitos regulamentares de 12,31% e 8,3%, respetivamente. Refira-se que a persistência do enquadramento de incerteza quanto à dimensão do impacto da crise económica no balanço dos bancos, prevaleceu na medida excecional e temporária do Banco Central Europeu, em vigor até 30 de setembro de 2021, recomendando extrema prudência na gestão do capital e contenção na distribuição de resultados.

O Millennium bcp continua a registar elevados níveis de liquidez, bastante acima dos requisitos regulamentares, com um rácio *loans-to-deposits* de 85% e com 22,5 mil milhões de euros em ativos elegíveis para financiamento junto do Banco Central Europeu.

Adicionalmente, o Millennium bcp aprofundou em 2020 a sua estratégia de sustentabilidade e as práticas de negócio responsável, dotando o modelo de governo de estruturas próprias e definindo um plano diretor de sustentabilidade que lhe permite assegurar o alinhamento da proposta de valor, dos processos e das práticas de negócio e das operações de suporte com princípios e requisitos ESG (*environmental, social and governance*).

Salienta-se ainda a diminuição em 2020 de 27,2% no montante de NPE em Portugal, uma redução de 883 milhões de euros que coloca o rácio NPE do Millennium bcp (segundo o critério EBA) em 4,2%, confirmando as competências desenvolvidas pelo Banco ao longo do bem-sucedido e consistente percurso de melhoria da qualidade do balanço desde 2013, durante o qual concretizou uma redução acumulada de 10,4 mil milhões de euros em NPE, efetuada de forma equilibrada e sem destruição de capital.

Estas competências distintivas do Millennium bcp na melhoria da qualidade do balanço, revelaram-se essenciais para que, num ano particularmente adverso, o Banco tenha conseguido manter a tendência de redução de NPE, constituindo um indicador de confiança reforçada na capacidade para lidar com o período de maior complexidade e pressão sobre a qualidade do balanço, na sequência de uma pronunciada contração global da atividade económica.

Não obstante a profunda recessão económica verificada em 2020, provocada por sucessivas retrações do consumo por força de medidas restritivas determinadas pelas autoridades para controlar a pandemia que despoletou a crise económica, há sinais positivos que devem ser valorizados.

A mobilização massiva de recursos, públicos e privados, para atenuar o impacto da crise e globalmente se congregarem esforços para se conseguirem conceber, produzir e distribuir múltiplas vacinas em larga escala, possibilitando que menos de um ano após o início da pandemia vários países tenham em curso planos de vacinação alargados, permite vislumbrar a retoma da normalidade e a recuperação económica que sobrevirá com a resolução da crise sanitária.

Os períodos temporários de afrouxamento das medidas restritivas em 2020 foram aliás acompanhados por expressivas subidas pontuais no consumo, que se traduziram em significativos crescimentos económicos, revelando confiança no potencial da procura de bens e serviços que tem permanecido retraída com a pandemia.

Por outro lado, na União Europeia, Governos e Comissão Europeia estão a implementar importantes programas de estímulo económico, que pela sua dimensão e profundidade de intervenção constituirão um forte catalisador para um crescimento económico robusto e sustentado.

Temos por isso razões para encarar o futuro com esperança e absolutamente determinados em prosseguir a estratégia de crescimento e de rentabilidade a que nos propusemos, agradecendo o suporte e a confiança de Clientes, Acionistas, Colaboradores e restantes *Stakeholders*.



Miguel Maya

Presidente da Comissão Executiva

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Nuno Amado

Presidente do Conselho de Administração

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado Core (Core net income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos - títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios - corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).